

O castelo de Castro Marim

Ana Margarida Arruda

Localização geográfica

O Castelo medieval de Castro Marim, construído durante a 1ª Dinastia na sequência das guerras da Reconquista, foi implantado sobre uma colina de forma irregularmente circular, com 42 m de altitude.

Localiza-se no distrito de Faro, concelho de Castro Marim, e as suas coördenadas hectométricas Gauss, lidas na Carta Militar Portuguesa que o abrange são as seguintes (Folha 600):

X. 261.2

Y. 28.4

Situa-se na margem direita do rio Guadiana, muito próximo da sua foz.

Actualmente, está rodeado de sapais que não são outra coisa senão o testemunho da extensão que o rio teria tido em épocas recuadas. É sabido que ainda no século XVI a área do Castelo de Castro Marim era uma península, ligada à terra apenas por estreita faixa que partia da sua vertente oeste.

Estas condições geográficas permitem que o "Cerro do Castelo", como é conhecido localmente, possua boas condições naturais de defesa, dominando um vasto território.

Geologicamente, implanta-se numa região de depósitos quaternários, entre os xistos do maciço antigo a norte, os calcários lacustres do Oligoceno e as rochas eruptivas da orla, a oeste.

Os trabalhos arqueológicos: o contexto

Em 1983, na sequência de um programa de investigação a decorrer no *Centro de Arqueologia e História* da Universidade de Lisboa sob a direcção do Professor Victor S. Gonçalves, cujo objectivo era

o estudo do papel do Guadiana "algarvio" na evolução da antropização do espaço, iniciei escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim, sítio sobre o qual eram escassos os dados disponíveis.

O Castelo de Castro Marim era conhecido desde Estácio da Veiga como sítio arqueológico de grande importância. Mas nunca, até então, tinham aí sido realizados quaisquer trabalhos arqueológicos.

A identificação deste sítio arqueológico com a *BAESURIS* do *Itinerário* de Antonino nem sempre foi pacífica. Tal se deve, em parte, a nenhum outro texto clássico se referir a *Baesuris* e ainda à natural imprecisão das referências existentes.

No século XVI, André de Resende localizava *Baesuris* em Jerez de Badajoz ou em Los Caballeros e, mais tarde, no século XVIII, Frei Vicente Salgado e o Padre Flores situavam-na em Ayamonte.

José Leite de Vasconcellos porém, não hesitou em colocar *Baesuris* no local da actual Castro Marim, baseando-se em moedas aí recolhidas e onde se lia a inscrição *BAESURI*.

O próprio nome de *Baesuris* suscitou diversas leituras, uma vez que em várias passagens do *Itinerário* parecia ler-se *AESURI* ou *ESURI*. Numa das moedas antigamente recolhidas, lia-se justamente *ESURI*, ainda que tal pudesse dever-se ao seu mau estado de conservação ter originado o desaparecimento do *BA-* inicial. Mas numa passagem do *Itinerário* era clara a referência a *BAESURI* e uma das moedas da colecção de Estácio da Veiga igualmente possuía como legenda *BAESURI*.

Nas actuais escavações, o aparecimento de uma moeda de chumbo com a legenda *BAE* num nível tardo-republicano veio confirmar a tese de Leite de Vasconcellos. Como António Faria escreveu (1987), esta descoberta "...Vem desvanecer definitivamente as dúvidas que ainda subsistiam a respeito da identificação de *Baesuris* com Castro Marim".

As seis campanhas de escavações que dirigi no Castelo de Castro Marim (1983-1989) foram subsidiadas pelo IPPC e contaram com o apoio financeiro e logístico da Reserva do Sapal de Castro Marim e da sua entidade de tutela, o Serviço Nacional de Parques e Conservação da Natureza.

De acordo com o programa de investigação onde se inseriram, os trabalhos orientaram-se no sentido de estudar a diacronia do sítio, escavando-se em profundidade, sem contudo desprezar a análise horizontal das diversas ocupações.

Os resultados

Seis campanhas de escavações arqueológicas, correspondentes a 180 dias de trabalhos de campo, permitiram a escavação de uma extensa área (500 m²). Um enorme conjunto de dados foi naturalmente recolhido, tendo sido possível detectar vestígios materiais e construções correspondentes a diversas fases da ocupação humana do Castelo.

A Idade do Bronze

Nada se sabia sobre a Idade do Bronze na área da actual Castro Marim, embora trabalhos antigos na vizinha Almada d'Ouro tivessem revelado um conjunto de sepulturas do chamado Bronze do Sudoeste.

Em 1988, na sexta campanha de escavações do Castelo de Castro Marim foi, enfim, possível escavar um nível bem estratigrafado da Idade do Bronze.

A nível das estruturas, identificaram-se duas fossas escavadas na rocha, cujo significado se encontra ainda por esclarecer.

As cerâmicas recolhidas nessas fossas e no nível estratigráfico que corresponde a esta ocupação são típicas do Bronze Final (taças abertas, carenadas, de bordo exvertido e superfícies brunidas).

A Idade do Ferro do século VIII ao VI a.C.

Situado no que poderia considerar-se uma área periférica do lendário reino de Tartesso, o Castelo de Castro Marim regista, à semelhança do que sucedeu na região de Huelva, o impacto do comércio do Mediterrâneo Oriental talvez já durante a segunda metade do século VIII a.C.

Algumas habitações de planta rectangular, datáveis desta época, foram já identificadas e escavadas. É também justamente neste momento que se constrói uma muralha defensiva espessa de 5 m.

As formas cerâmicas diversificam-se, complexificando-se também o tratamento das suas superfícies. Os vasos fabricadas ao torno - pratos de bordo largo, taças, grandes potes (*pitthoi*), são muitas vezes pintados, com bandas vermelhas, negras ou brancas, ou revestidas com engobes vermelhos, bem fixados e acetinados. As ânforas surgem com alguma abundância, sendo a classe A de Mañá (concretamente uma forma afim da R 1 de Vuillemot) a única presente nestes níveis.

A cerâmica fabricada manualmente continua, no entanto, a produzir-se em quantidades apreciáveis.

Os vestígios desta Idade do Ferro de feição orientalizante surgiram em todos os cortes efectuados. No entanto, convém registar que raramente nos foi possível atingir os níveis arqueológicos onde se encontrava documentada. A excelente conservação dos níveis superiores, e sobretudo a quantidade de construções neles identificados, que importava preservar, impediu-nos frequentemente de progredir a escavação em profundidade. Algumas habitações de planta rectangular foram identificadas e escavadas.

Os séculos V a III a.C.

A partir de meados do século V a.C., Castro Marim começa a receber produtos provenientes da Grécia, mais concretamente de Atenas. São cerâmicas gregas de verniz negro e de figuras vermelhas datáveis da segunda metade do século V a.C. (*Kylix* da Classe delicada com decoração estampilhada no fundo interno, taças "tipo Castulo" e *kylix* de figuras vermelhas do grupo do Pintor de Marlay) e da primeira metade do século IV a. C.: *kylikes*, *kantbaroi*, *skyphoi*, com ou sem decoração estampilhada no fundo interno, pratos de peixe e lucernas de verniz negro, e ainda *kylikes* de figuras vermelhas pintadas pelo Pintor de Viena 116.

As estruturas construídas sofrem alterações: na primitiva muralha, um muro fechou a entrada; novas estruturas habitacionais foram edificadas, sendo agora de maiores dimensões.

Cessando a importação de cerâmica grega na segunda metade do século IV a.C., as relações com o Norte de África privilegiam-se, pelo menos até ao século III a.C.. Vários vasos imitando formas atenienses, muito provavelmente fabricados em Kouass, fazem agora o seu aparecimento. São taças (forma 27 de Lamboglia) e pratos de peixe (forma 23), cobertos de engobe vermelho (as taças) e vermelho ou negro (os pratos).

Pratos de peixe, de bordo ligeiramente exvertido, decorados internamente por linhas e bandas concêntricas pintadas de cor negra e vermelha acastanhada, com pé apenas indicado e base plana, foram também recolhidos. Lembram, técnica e morfologicamente, produtos fenícios.

Destes níveis são também provenientes diversos vasos com decoração pintada em bandas, círculos concêntricos e linhas ziguezagueantes, evidentemente de fabrico local.

Encontraram-se em quantidade as chamadas ânforas ibero-púnicas das formas D e E de Pellicer.

A ocupação dos séculos V a III a.C. é particularmente intensa, se atendermos ao volume dos materiais arqueológicos recuperados, nomeadamente os importados. É também o momento da construção de novas estruturas habitacionais, tendo-se, como já se disse, verificado alterações no sistema defensivo.

No entanto, a partir dos meados do século III a.C. observa-se um certo declínio, cessando o comércio a longa distância e, logicamente, as importações. Somente a partir da segunda metade do século I a.C., Castro Marim retoma de novo a sua importância, assistindo-se na época romana republicana a profundas renovações urbanas e à chegada de enormes quantidades de produtos importados, manufacturados e alimentares, sobretudo provenientes da Itália.

A ocupação romana

Foi apenas durante os trabalhos de campo de 1987 que a ocupação romana do período republicano se viria a revelar de forma muito significativa, mais concretamente no Corte 3.

A densidade das informações recolhidas sobre esta época é grande, ultrapassando a que normalmente se encontra noutros sítios portugueses.

O espólio recolhido, muito abundante, permite-nos datar esta ocupação de meados do século I, mais exactamente entre 60 e 30 a.C.

A cerâmica campaniense, de que foram recolhidos quase trezentos fragmentos, inclui-se nas classes A e B de Lamboglia e na categoria B-óide, posteriormente introduzida por Morel. Do ponto de vista tipológico, os exemplares de Castro Marim distribuem-se pelas formas 1, 2, 3, 4 e 5.

Foram recuperadas várias centenas de ânforas nos níveis tardo-republicanos de Castro Marim. Da totalidade do conjunto, sobressai de forma muito marcante (mais de 70%) uma espécie de ânfora cuja característica principal é possuir uma moldura muito saliente imediatamente a seguir ao lábio, que é de secção arredondada ou ovalada. Este tipo de ânfora, classificado como Classe 67 por Carlos Fabião, era até há pouco tempo quase desconhecido em Portugal. Acompanhando este tipo, surgiram exemplares das Classes 4, 32 e ainda algumas ânforas ibero-púnicas tipo D de Pellicer.

Também a cerâmica de paredes finas está presente nestes níveis em quantidades apreciáveis. Identificaram-se as formas III, IV, V, VIII e IX.

De referir ainda que a cerâmica comum é, naturalmente, muito abundante.

Resta-nos voltar a mencionar que foi justamente nestes níveis tardo-republicanos que foi recolhida a moeda de chumbo cunhada localmente e com a legenda BAES a que já fiz referência.

Se bem que várias estruturas habitacionais tenham sido construídas no início da dinastia júlio-claudiana, mais exactamente entre 20 e 15, e a primitiva muralha da Idade do Ferro tenha sido acrescentada neste período, a época imperial é, até hoje, mal conhecida no Castelo de Castro Marim, para períodos posteriores ao reinado de Tibério.

Algum espólio arqueológico foi encontrado associado às estruturas habitacionais atrás referidas, nomeadamente *terra sigillata* itálica (formas 27 de Goudineau e tipo 2 de Haltern), ânforas da Classe 4 de Peacock e Williams, cerâmica de paredes finas e cerâmica comum.

Discussão

Pouco há para discutir neste breve resumo das diversas fases de ocupação do Castelo de Castro Marim. No entanto, parece-me que alguns pontos merecem ainda alguns comentários finais.

A primeira observação que os dados revelados pelos trabalhos arqueológicos sugerem é a da ampla diacronia que este sítio regista (mesmo sem mencionar as ocupações medievais e modernas).

Com efeito, o Cerro é primeiramente ocupado durante o final da Idade do Bronze, nos finais do 2º e inícios do 1º milénio. Desde então, e até ao século XVIII da nossa era, nunca mais esta pequena colina deixou de ser habitada.

Uma outra observação diz respeito ao carácter de porto comercial que Castro Marim parece ter assumido, pelo menos a partir dos inícios da Idade do Ferro.

A sua localização na foz do rio Guadiana terá contribuído, de forma definitiva, para a "disponibilidade" que este sítio manifesta em relação aos novos produtos que aí aportam. Junto à costa, e com acesso directo ao interior através do rio, próximo da área tartéssica, o Castelo de Castro Marim cedo contacta com o Mediterrâneo. Os seus níveis inferiores filiam-se culturalmente numa Idade do

Ferro Orientalizante, tendo fornecido, como vimos, um abundante espólio característico deste período. Povoado indígena, cujo início da ocupação data pelo menos da Idade do Bronze, mantém contactos com povos do Mediterrâneo Oriental, ou directamente ou, mais provavelmente ainda, através das colónias fenícias da costa malaguenha e da Huelva tartéssica.

Este povoado, ainda que geograficamente periférico, participa pois, de algum modo, nas grandes movimentações ocorridas no Mediterrâneo durante a primeira metade do 1º milénio a.C.

Mas esta participação não se esgota no início da Idade do Ferro. A verdadeira vocação comercial do Castelo de Castro Marim, cedo patenteada, vai manter-se, e nos séculos V e IV a.C. vamos assistir à chegada de cerâmicas provenientes de Atenas.

E ainda no século III a.C. chegam à foz do Guadiana vasos produzidos no Norte de África.

Esta vocação comercial, traduzida na presença de produtos com um considerável leque de origens, transformou Castro Marim num verdadeiro porto de comércio livre.

Se admitirmos que durante a Idade do Ferro o comércio mediterrânico com a fachada atlântica peninsular se processou por via marítima, através de comerciantes gaditanos, é lógico pensar que Castro Marim foi, pela sua posição estratégica (decorrente da localização geográfica), e por tradição, um sítio com excelentes possibilidades de se transformar num lugar que exportaria matérias-primas (provenientes de povoados do interior) e preparados piscícolas (produzidos localmente), recebendo, para comercializar depois em territórios mais ou menos próximos, produtos manufacturados.

Todos estes dados permitem pensar que em Castro Marim estava provavelmente instalado um grupo de comerciantes eventualmente dependentes de uma "elite" político-administrativa.

Efectivamente, o tipo de comércio que a existência de razoáveis quantidades de cerâmicas importadas pressupõe só é compreensível num sistema hierarquizado social, política e economicamente.

Neste sentido, o Castelo de Castro Marim poderia ter funcionado como um *Lugar Central*, nos parâmetros que Renfrew definiu para este termo.

Bibliografia sumária

ARRUDA, A. M. (1992) - *A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: UNIARQ/INIC, 220 p. Trabalho de síntese apresentado ao INIC para discussão na prova de habilitação prevista no artigo 6 do Decreto Lei 68/88 de 3 de Março. Edição policopiada.

ARRUDA, A. M. (1993) - O Oriente no Ocidente. In MEDINA, J., dir. - *História de Portugal*. Amadora: Ediclube, vol. 2, p. 17-44.

FARIA, A. M. (1987) - Moedas de chumbo, da época romana, cunhadas no actual território português. *Numismática*. Lisboa. 47, p. 24-28.

SALGADO, V., Frei (1786) - *Memórias ecclesiasticas do Reino do Algarve*. Lisboa.

Vasconcelos, J. L. (1917) - *Coisas Velhas. O Arqueólogo Português*. Lisboa.

22. 107-199.

VEIGA, S. P. M. E. da (1887) - *Antiguidades monumentais do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. 2.